

Do empreendedorismo às utopias: apropriação heterotópica do Rio de Janeiro pós megaeventos

From entrepreneurialism to utopias: heterotopic
appropriation of Rio de Janeiro after mega-events

Natasha BANTIM [I]

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a apropriação do espaço olímpico carioca no contexto pós-olímpico segundo a produção do espaço de Lefebvre (2002) e sua divisão entre isotopias, heterotopias e utopias. Indica-se o contexto do “empreendedorismo urbano” nos processos de intervenção urbana na cidade, buscando-se atração do capital com políticas que privilegiaram um pequeno grupo social e, em contraponto, os conflitos que reivindicaram, de certa forma, o direito à cidade. Observaram-se diferentes formas de apropriação dos espaços e equipamentos relacionados aos megaeventos do Rio de Janeiro, especialmente por parte da população local no contexto de pandemia de Covid-19. Indica-se a possibilidade de que essas heterotopias possam se transformar em possibilidades alternativas de um projeto utópico para a cidade.

Palavras-chave: megaeventos; heterotopias; produção do espaço urbano; direito à cidade; Rio de Janeiro.

Abstract

This article analyzes the appropriation of Rio de Janeiro's Olympic space in the post-Olympic context in light of Lefebvre's (2002) production of space and division between isotopia, heterotopia, and utopia. The article approaches the context of “urban entrepreneurialism” in urban interventions in the city, in a process that seeks to attract capital through policies that have focused on a small social group, and, on the other hand, is marked by conflicts that have claimed, in a certain way, the right to the city. Different forms of appropriation of spaces and equipment related to mega-events in Rio de Janeiro were observed, especially by the local population in the context of the Covid-19 pandemic, and the article proposes that these heterotopias can be transformed into alternative possibilities for a utopian project for the city.

Keywords: mega-events; heterotopias; production of urban space; right to the city; Rio de Janeiro.



Introdução

A realização de megaeventos esportivos no Brasil, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, bem como os projetos urbanos decorrentes deles foram difundidos como uma oportunidade para as cidades que os sediaram de reinserção no mapa urbano mundial (Bienenstein, Sanchez e Mascarenhas, 2012). Esse reposicionamento ocorreria a partir da aliança entre mídia, esporte e negócios com aumento da visibilidade internacional e atração crescente de capital e de visitantes às cidades por meio da atividade turística (Mascarenhas, 2014).

Essas intervenções inserem-se no contexto de proliferação de projetos especulativos e de alto risco, que, com o objetivo de atrair capital, subordinam os equipamentos necessários para a reprodução social à lógica mercantil (Santos Junior e Novaes, 2016). Suas consequências já foram analisadas e discutidas por diversos autores sob diversos ângulos (Bonamichi, 2021; Castro e Novaes, 2015; Egler, 2017; Freire, 2013; Gaffney, 2014; Mascarenhas, 2016; Santos Junior, 2015a; Santos Junior e Novaes, 2016; Urriola, 2022; Vainer, 2011).

Aqui nos concentraremos nos projetos e equipamentos relacionados à atividade turística na cidade do Rio de Janeiro (portanto, pensados para atração de pessoas e venda de imagem positiva da cidade) e sua apropriação por outro grupo social – a população local, no contexto pós-Olimpíadas.

A análise aqui proposta baseia-se na produção do espaço na visão de Lefebvre (2002), sendo resultado da atividade de agentes sociais coletivos operando por impulsos sucessivos, projetando e modelando extensões de espaço. As ações desses agentes sociais, usualmente, voltam-se umas contra as outras, e portanto, as

interações, estratégias, êxitos e derrotas dessas diferenças múltiplas resultariam nas propriedades do espaço urbano.

Defende-se, neste artigo, o argumento de que é possível observar na cidade do Rio de Janeiro, no contexto pós-olímpico, diferentes apropriações do espaço urbano que podem se dividir, conforme classificação de Lefebvre (2006), em lugares que são análogos à lógica existente e conforme planos elaborados (isotopias), em lugares contrastantes a essa lógica (heterotopias) e no lugar do que não tem (utopias), indicando a heterogenia dessas formas de apropriação e possibilidades alternativas para o projeto de cidade. Essa classificação seria resultado das interações, das estratégias, dos êxitos e das derrotas das ações de cada agente social coletivo que, operando por impulsos sucessivos (com ações que usualmente se voltam umas contra as outras), acabam projetando e modelando extensões de espaço (Lefebvre, 2002).

Para desenvolver a análise, o artigo é estruturado em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, abordam-se as estratégias adotadas pelo poder público para as intervenções urbanas no contexto dos megaeventos, voltadas para manutenção (isotópica) das estratégias de atração do capital. Em seguida, na segunda parte, relatam-se as heterotopias observadas *in loco* nesses espaços no contexto pós-olímpico (por exemplo, a apropriação de alguns espaços pela população local). Na terceira parte, indica-se o uso das heterotopias para construção de um projeto alternativo utópico para a cidade, baseado no ideário do direito à cidade e da reivindicação dos comuns. Por fim, as considerações finais trazem uma reflexão sobre a construção de um projeto utópico a partir do que a cidade já apresenta como heterotopia.

Essa análise é feita em um período não usual, em que a emergência da pandemia de Covid-19 produziu um contexto de redução drástica dos fluxos de turismo devido às restrições sanitárias. A consequente redução no uso de transportes, equipamentos e atrativos turísticos por esse público restringiu, de certa forma, o uso desses espaços pela população local, com formas de apropriação, muitas vezes, diferentes daquelas originalmente previstas, reforçando, assim, as heterotopias locais.

Assim, este estudo visa enfatizar outras possibilidades de apropriação dos espaços turísticos, que não aquelas ditadas pelos interesses do capital.

Práticas isotópicas: empreendedorismo urbano e suas contradições

Para Lefebvre (2002), as isotopias seriam aquelas partes do espaço comparáveis, que se expressam, se leem nos planos e que se aproximam. Seriam locais análogos à lógica já existente, normatizada pelo poder estatal e pelo poder do mercado, sendo notadas, por exemplo, nos espaços produzidos pelo racionalismo de Estado, que, muitas vezes, ignora a lógica precedente, os direitos, interesses e custos da população.

De acordo com Kahraman, Pak e Scheerlinck (2018), a crítica que Lefebvre faz à produção de isotopias se relaciona às preocupações crescentes de que a heterogeneidade esperada dos espaços públicos foi violada pelas práticas neoliberais de homogeneização dos espaços.

Nesse contexto, os projetos de intervenção urbana privilegiam o objetivo econômico imediato, em detrimento das melhorias das condições territoriais (Santos Junior e Novaes, 2016), em um modelo reconhecido como “empreendedorismo urbano” (Harvey, 1989), que inclui a combinação de poderes estatais de diferentes níveis, organizações diversas da sociedade civil e interesses privados coalizados, fazendo com que uma série de estruturas urbanas, instituições de gestão e marcos regulatórios passem a ser adequados à dinâmica do capital para atraí-lo¹ (Harvey, 2005), em ações que acabam incentivando a homogeneização dos espaços.

Porém, se essas ações de homogeneização podem tornar difíceis a sustentação de ideias de identidade, cidadania e pertencimento, ao mesmo tempo, o movimento de empreendedorismo urbano e venda da cidade está calcado na construção de uma identidade fundada no território (com alegações de singularidade de práticas culturais historicamente constituídas, narrativas e memórias coletivas que contêm um forte elemento social e discursivo), gerando uma contradição (Harvey, 2005, 2012). Assim, os processos de globalização produtores de homogeneização coexistem com uma permanente reconstrução da heterogeneidade (Canclini, 2005; Haesbaert, 2010; Santos, 2002) e as iniciativas locais distintas, incompatíveis com a homogeneidade pressuposta pela produção de mercadoria, podem gerar um clima político e movimentos contrários à globalização e ao próprio capital (Harvey, 2005).

As características elencadas como “especiais” são utilizadas em políticas promocionais de imagem das cidades em uma estratégia de

venda dos símbolos e das imagens locais conhecida como *city marketing*. Sánchez (1999) indica que a importância adquirida por essa estratégia está relacionada ao empreendedorismo urbano na medida em que as potencialidades e deficiências dos lugares são mais mensuráveis atualmente e, portanto, o sucesso dos negócios depende da valoração do conteúdo de cada lugar.

Além disso, projetos relacionados ao turismo, ao lazer, ao desfrute da cidade e ao hedonismo possuem apelo perante os cidadãos e o mercado, baseando-se no consenso social advindo da qualidade de vida, ideia que funciona como cimento social para construção de um consenso positivo em torno dos projetos e que indica a capacidade de atuação ou grau de confiança para viabilizar futuros investimentos para o mercado externo (ibid.).

Nesse contexto, o grande modelo difundido sobre as ações do planejamento estratégico é o processo de transformação urbana de Barcelona para as Olimpíadas de 1992, indicado por várias agências internacionais. As ações realizadas na cidade passaram a ser apresentadas como um menu de estratégias – chamado de “Urbanismo à la carte” (Delgadillo, 2014, p. 90) – com ações, planos estratégicos, megaprojetos, recuperação de centros históricos, ações de marketing urbano, etc. para enfrentar problemas e desafios urbanos em variados contextos. Consultores estrangeiros, agências de cooperação internacional, acadêmicos, agentes públicos, *think tanks* e instituições financeiras contribuíram para a disseminação dessas estratégias em diferentes cidades e contextos, como Puerto Madero (1990), Bogotá (2000) e Rio de Janeiro (ibid.).

Ressalta-se, entretanto, que por trás de projetos ditos bem-sucedidos, há problemas sociais e econômicos muito sérios, desde a segregação espacial, em uma mesma cidade, a partir de um centro regenerado circundado por uma pobreza crescente até a concorrência urbana que gera impactos na distribuição de renda, na volatilidade da malha urbana, nos benefícios efêmeros e na concentração na imagem, e não na essência dos problemas sociais e econômicos.

No Rio de Janeiro, a transformação para uma economia política baseada no empreendedorismo urbano passa a ocorrer no início da década de 1990, com iniciativas como a Rio 92 e o primeiro plano estratégico da cidade (Rio sempre Rio), tendo como principal ferramenta as parcerias público-privadas em uma governança que tornaria a cidade “competitiva” (Fernandes, 2019; Mascarenhas, 2014; Omena, 2015). Assim como no plano Rio sempre Rio, uma consultoria catalã foi acionada para a primeira candidatura da cidade à sede olímpica. Na gestão do prefeito Eduardo Paes, apesar de um novo Plano Estratégico ter sido publicado, “O Rio mais integrado e competitivo (2009-2012)”, optou-se pela continuidade da governança empresarial e pela realização de megaeventos como estratégia de marketing urbano (Fernandes, 2019). Bessa e Álvares (2014) indicam que os megaeventos são o símbolo máximo da expansão virtual do capital e de instrumentos de transformação das paisagens turísticas, com o espetáculo usado para criar e recriar estruturas e imagens urbanas para valorização de porções do território em movimentos efêmeros, incertos para os cofres públicos, nocivos socialmente para as comunidades envolvidas, mas bastante lucrativos para o capital volátil.

No Rio de Janeiro, parte do discurso utilizada para a criação de um consenso em torno dos benefícios que esses eventos trariam à cidade se relacionou, também, com uma narrativa que destacava o passado prestigioso da cidade e que se perdeu, causando abandono e desordem no lugar. Esse passado, marcado no turismo pelos signos da “Cidade Maravilhosa” e pelo protagonismo do município perante à nação, poderia ser recuperado pelos megaeventos que gerariam legados físicos com as intervenções promovidas pelo poder público, mas também promoveriam um legado “da autoestima” carioca ao romper o abandono e promover mudança na imagem da cidade (Magalhães, 2013). Predominava a ideia de que a visibilidade midiática e as intervenções urbanas propulsionadas pelos Jogos seriam capazes de reposicionar a imagem da cidade, que alcançaria um novo patamar no mercado global de turismo.

Efetivamente, a partir dos anos 2000, a cidade foi marcada por um ciclo de megaeventos que incluiu os Jogos Pan-Americanos (2007), os Jogos Militares (2011), a Conferência Internacional ONU Rio +20 (2012), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa das Confederações de Futebol (2013), a Copa do Mundo de Futebol (2014), as Olimpíadas e as Paralimpíadas (2016). Destaca-se que, nesse processo, a legislação local vigente foi subordinada aos organismos internacionais em processos pouco transparentes e sem legitimação popular. Como exemplos dessa situação, temos a Lei Geral da Copa, com a suspensão da soberania territorial e a transferência, para a Fifa e o COI, da competência de regulamentar algumas atividades econômicas em uma área abrangente (Gaffney, 2014) e o Ato Olímpico, que garantiu um conjunto de prerrogativas ao COI, que se constituíram em “exceções” em um processo

marcado por violação de leis, falta de transparência nos processos licitatórios e orçamentários, transformando o Rio em uma “cidade da exceção” (Vainer, 2011).

Outra característica foram os vários empreendimentos realizados a partir de parcerias público-privadas (PPPs), como a construção do Parque Olímpico, da Vila dos Atletas e do Campo de Golfe, reformas na Marina da Glória e no Sambódromo, o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) da área portuária, o BRT (*Bus Rapid Transit*) TransOlímpica, as intervenções na zona oeste da cidade e o Porto Maravilha. As PPPs concederam a administração de equipamentos e de serviços, por determinado período de tempo, às empresas privadas e implicaram a participação do Estado por meio de alguma modalidade de transferência de recursos públicos, como isenções fiscais, obras de infraestrutura, transferência de patrimônio ou de recursos orçamentários, em uma parceria desequilibrada em que a infraestrutura é produzida localmente, com recursos públicos e lucros apropriados pelas corporações globais (Santos Junior e Novaes, 2016). Nessa discussão, ainda se destaca o fato de que parte desses projetos ocorreram em grandes espaços urbanos e, portanto, as decisões tomadas deveriam considerar sua importância enquanto locais públicos e/ou comuns (ibid.).

As características do projeto urbano olímpico no Brasil apontaram, de forma geral, três direções: fortalecimento de centralidades já existentes (como a zona sul carioca); renovação ou revitalização de centralidades decadentes (Zona Portuária); e criação de novas centralidades (Barra da Tijuca) (Santos Junior, 2015a) e três políticas centrais: mobilidade urbana, moradia e segurança pública (Castro et al., 2015).

No que se refere à mobilidade urbana, o foco dos planos foi a mobilidade do turista e dos consumidores desses eventos, e não da população trabalhadora, o que se expressa no traçado das novas vias, como a linha 4 do metrô, as linhas de BRT e o traçado do VLT que privilegiavam as centralidades descritas anteriormente (Mascarenhas, 2015; Rodrigues, 2015).

Em relação às políticas de moradia, destaca-se que o direcionamento dos investimentos públicos para determinados territórios da cidade resultou em uma valorização espacial diferenciada e a vitrine mundial alcançada pelas cidades com os megaeventos foi um fator importante para o *boom* imobiliário, fazendo com que o Rio de Janeiro atingisse o metro quadrado mais caro do país (Castro et al., 2015). Porém, o aspecto social mais visível desse processo foi as remoções de famílias para a construção de equipamentos turísticos relacionados aos megaeventos, como as que ocorreram no Morro da Providência, na Aldeia Maracanã, na Vila Autódromo e em diversas outras áreas.

Nas favelas cariocas, especialmente naquelas localizadas na zona sul, as remoções foram justificadas pelo programa Morar Carioca, que tinha o objetivo de urbanizar todas as favelas cariocas até o ano de 2020. Nas favelas que não fossem “passíveis de urbanização”, haveria realocação para conjuntos habitacionais (Magalhães, 2013). Já nas “favelas urbanizadas” houve novas oportunidades de negócios com sua transformação em pontos turísticos e a disseminação do modelo “favela *tour*”, aplicado com a política de pacificação e a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a exemplo do que ocorreu no Morro Santa Marta (Freire-Medeiros, Vilarouca e Menezes, 2016).

A instalação de UPPs fazia parte das políticas do campo da segurança, mas também estavam relacionadas às questões de moradia. Elas contribuíram para o aumento dos preços dos aluguéis e da compra e venda de moradias com regulação do mercado imobiliário. Sem condições de arcar com os valores, muitas famílias foram obrigadas a encontrar outro local de moradia menos valorizado (Castro e Novaes, 2015). Além das UPPs, Santos Junior (2015a) destaca a adoção de um regime de segurança envolvendo forte controle da ordem pública, repressão às manifestações com violência policial, disseminação de armas menos letais (usadas indiscriminadamente) e privatização da segurança nos espaços elitizados.

Percebe-se, assim, que as três principais políticas intervencionistas adotadas pelo poder público no contexto dos megaeventos (mobilidade, habitação e segurança) se relacionam diretamente com a atividade turística, impactando-a e sendo impactadas por ela nas centralidades presentes na cidade (zona sul, Barra da Tijuca e Centro).² Tais intervenções seguiram a cartilha do planejamento estratégico neoliberal.

Práticas heterotópicas: conflitos, contrastes e coexistências

Conforme discorrido, as intervenções urbanas, no contexto dos megaeventos, tiveram intenções claras e que privilegiavam a construção de um ideário de cidade voltado para sua “venda” no mercado global, com signos e usos esperados e compatíveis com esses interesses.

Contudo, justamente devido ao dinamismo das práticas sociais que ocorrem no território, nem sempre elas correspondem ao esperado.

A produção do espaço ocorre de forma dinâmica, constante e, mesmo que intervenções, projetos e planos tenham sido formulados por agências supralocais a partir de modelos preconcebidos de uso do espaço, o usufruto cotidiano dessas ações pode ser diferente do que o proposto inicialmente. A essas práticas diferentes daqueles propósitos inicialmente determinados, Lefebvre denomina heterotopias, já que, por mais que o território seja sempre dinâmico, as interferências urbanas privilegiam em sua concepção um grupo social e pretendem determinados usos. Assim, a isotopia e a heterotopia são relativas uma à outra, sendo isotopias produzidas pelo racionalismo de Estado e heterotopias realizadas por grupos em oposição aos públicos dominantes (Lefebvre, 2002).

Destaca-se que, apesar da produção de heterotopias pela presença real de grupos não hegemônicos, elas tendem a desaparecer ao término da apropriação do espaço físico ou quando são suprimidas pelos grupos dominantes, já que a produção de isotopias se relaciona com as práticas neoliberais de homogeneização dos espaços e reduzem a heterogeneidade esperada neles (Kahraman, Pak e Scheerlinck, 2018).

Harvey (2014) considera que os movimentos sociais seriam produtores de heterotopias no sentido em que promovem uma espacialização das lutas contra grupos hegemônicos. É importante ressaltar, entretanto, que na teoria de Lefebvre (2002) não necessariamente as práticas heterotópicas se expressam por meio do conflito. Para o autor, as diferenças podem ser marcadas, por exemplo, pelo

contraste. Santos Junior (2015b) explica que os espaços heterotópicos não dependem de uma ruptura com a ordem atual. Eles existem e permeiam a cidade tanto em práticas do movimento social quanto em manifestações culturais e ações que promovem outros modos de apropriação da cidade de forma coletiva.

Tem-se, então, a importância de reconhecer essas práticas heterotópicas no território. Em alguns espaços urbanos do contexto dos Jogos Olímpicos, outras práticas, que não as hegemônicas, sugerem uma realidade mais complexa e subjetiva dos espaços em escala micro, para além de sua representação simbólica do marketing urbano.

No caso dos megaeventos no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, é possível elencar uma série de conflitos no espaço que contestou as intervenções urbanas realizadas, bem como outras práticas, nesses espaços, que não correspondem àquelas para as quais foram primeiramente pensadas, especialmente no que se trata do uso turístico desses espaços, considerando, no período dessa análise, a ausência de turistas por conta das restrições sanitárias ocasionadas pela pandemia de Covid-19.

Para fins desta pesquisa, tal situação produziu um contexto em que os equipamentos pensados para uso e atração dos turistas internacionais provavelmente não seriam utilizados por eles. Embora as fronteiras aéreas brasileiras não tenham sido oficialmente fechadas, considerando a situação sanitária mundial, o fluxo de turismo internacional permaneceu aquém das condições anteriores.

Muitos equipamentos, inclusive, foram fechados em determinados momentos da pandemia e, ao reabrirem, a possibilidade de visitá-los (ainda que não fosse recomendado pelas agências sanitárias) foi majoritariamente

da população local ou de turistas domésticos, caracterizando-se, assim, por usos diferentes daqueles imaginados na perspectiva de aumento do turismo internacional na cidade. Mesmo com as recomendações por parte de organismos sanitários internacionais sobre a importância da manutenção do isolamento e do distanciamento social, ao reabrirem, houve procura desses equipamentos para turismo e lazer, mas esse tipo de uso também foi modificado devido ao atendimento – pelo menos em parte – às normas sanitárias.

Nesse contexto, portanto, as práticas de uso desses espaços podem ter se modificado (em relação ao que ocorria até 2020) e novas práticas podem ter surgido. Embora, em termos de pesquisa, observar essas práticas seja relevante, outras limitações foram impostas, como as possibilidades de observação sistemática do campo ou mesmo as abordagens e aproximações presenciais mais detalhadas por parte da pesquisadora, pelo cuidado que se impôs com sua saúde e a dos interlocutores. Pelas limitações em observar um campo e entrar em contato com alguns agentes sociais, focou-se, em um primeiro momento, na análise de outras pesquisas, matérias jornalísticas, redes sociais e blog na internet, que abordaram o contexto pós-olímpico na perspectiva de identificar as práticas heterotópicas.

Posteriormente, durante o mês de julho de 2021, foram realizadas observações *in loco*, a partir das quais a pesquisadora pôde tecer suas impressões sobre as práticas ali presentes. Destaca-se, no entanto, que foram observações pontuais e não sistemáticas, como almejado em um primeiro momento, e, portanto, os resultados aqui apresentados refletem essas limitações e necessidades de ajustes que ocorreram ao longo do processo de pesquisa.

Para apresentação desses resultados, serão apresentadas subseções, conforme a localização das práticas observadas.

I) Barra da Tijuca e arredores

Na Barra da Tijuca e em seus arredores, foram identificadas mobilizações contrárias às remoções de comunidades como Restinga e Vila Harmonia por conta das obras da TransOeste (Mendes e Legroux, 2016) e contra a construção do Campo de Golfe que englobava uma área de proteção ambiental (Naback e Guimarães, 2017). Ali houve, também, o caso emblemático da Vila Autódromo, que registra mobilização contra remoções desde a década de 1990 e que, no contexto olímpico, culminou na criação de um Plano Popular da localidade em associação com universidades públicas (Freire, 2013; Naback e Guimarães, 2017; Vainer et al., 2013).

Sánchez, Oliveira e Monteiro (2016) indicam que esse território teve a capacidade de desfigurar os códigos de poder e reconfigurar a luta territorial, e, apesar da destruição quase total da comunidade meses antes das Olimpíadas, ele representa as possibilidades de aprendizado, emancipação e vitória de 20 famílias contra os interesses neoliberais. Nesse sentido, a resistência e a própria permanência dessas poucas famílias no local já podem ser consideradas práticas heterotópicas. Porém, ao longo das ações de luta contra as remoções, outras ações se destacam, como o já mencionado Plano Popular da Vila Autódromo (ibid.), o documentário *Um bairro marcado para viver*, que construiu contranarrativas a todos os argumentos utilizados para legitimar o despejo da comunidade (Bogado, 2017), o movimento “Ocupa Vila Autódromo” – que promoveu uma

seqüência de eventos promovidos ao longo dos anos de 2015 e 2016 com a violência que o afetava (ibid.) –, as exposições fotográficas realizadas por um morador (Carvalho, 2019) e o Museu das Remoções, contando com esculturas feitas a partir de escombros e que simbolizam alguns moradores e locais emblemáticos da comunidade para preservar a memória dos moradores e denunciar as remoções (Alves, 2017).

No que se refere ao Parque Olímpico, observou-se, em visita ao local, um espaço pouco movimentado, onde foram adotadas práticas como caminhadas, corridas, pedaladas, passeios em família e realização de piquenique. Havia patinetes disponíveis para aluguel, sacos de lixo acumulados, parquinho infantil sem manutenção e arenas parecendo abandonadas. Destaca-se a presença de pessoas fotografando o painel com dizeres “Cidade Olímpica”, aferindo-se que aquelas não eram frequentadoras habituais do local e o fato de que parte daquele território não era acessível por se tratar da estrutura do evento “Rock in Rio”. Indica-se, assim, que apesar de ser idealizado possivelmente como um espaço de atração para turistas, até por ter sido um dos principais locais dos Jogos Olímpicos, o Parque Olímpico parece subutilizado, com a área disponível para lazer da população necessitando de manutenção e com pouco movimento, não cumprindo nem mesmo as funções originalmente idealizadas de interesse do capital.

II) Maracanã e arredores

Na área do Maracanã, houve mobilizações contra a remoção da comunidade Metrô-Manguelira (Bello e Queiroz, 2018), contra as expulsões

dos ocupantes da Aldeia Maracanã (Barreto e Lopes, 2013) e contra os usos destinados aos equipamentos do Complexo Maracanã (como a desativação do Estádio Maracanã por um longo período para obras, o fim de projetos sociais e do espaço para treinamento do Estádio Célio de Barros e o projeto de demolição do Parque Júlio Delamare).

Em relação à Aldeia Maracanã, mesmo com a expulsão dos habitantes e a retomada da posse do prédio em 2013, observou-se um “processo de resignificação e reinscrição Patrimonial” (Leite, 2021, s.p.) com o uso do local como Universidade Indígena, ainda que o território permaneça em disputa, constituindo-se em um símbolo de resistência e heterotopia.

Para além da aldeia, as práticas que se observam no entorno do Maracanã contrastam com os planos iniciais de transformar aquele local em um espaço privado de consumo, sendo um dos exemplos mais substanciais de práticas heterotópicas dentre os territórios olímpicos. Foi possível visualizar pessoas correndo, andando de bicicleta, passeando com cachorros, praticando exercícios físicos e atividades como serviço de *shiatsu*, aulas de patinação, adestramento de cães, aulas de dança e diversas atividades que tornavam o espaço vivo, pulsante, gratuito e ocupado pela população local. Notou-se a presença de turistas, embora se concentrassem nos marcos do estádio (especialmente na estátua do jogador Bellini). Não foi percebido um contato maior entre os turistas e a população, a não ser por intermédio do trabalho de ambulantes e fotógrafos. As práticas coexistem e a existência de uma não impede a da outra.

III) Zona Sul

Das intervenções realizadas na zona sul, destaca-se a área da Marina da Glória, que também foi alvo de disputas anteriores e que contava com projetos de expansão que previam a transformação da área pública em área de negócios. Houve mobilização por parte da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro e dos movimentos Aterro Vivo e Ocupa Marina e Federação Estadual do Remo (Guimarães, 2016; Mascarenhas e Borges, 2009;). Além disso, é possível incluir aqui o caso das favelas utilizadas para fins turísticos, o que produz muitas discussões no que se refere à exploração da pobreza, à invasão de privacidade dos moradores, dentre outros impactos desse processo (Cunha, 2019).

É importante ressaltar que nem todas as comunidades da zona sul têm turismo, e nem todas as favelas com presença de atividade turística se localizam nessa região. Além disso, “turismo em favela” é algo heterogêneo, não podendo ser tratado como um caso único, pois existem modelos diferentes de organização e de participação da comunidade local no processo (Freire-Medeiros, 2006). Algumas comunidades tentam implementar um modelo de turismo de base comunitária (TBC), metodologia que busca trazer melhores condições de vida para as comunidades por meio da atividade turística (Mielke e Pegas, 2013). Como, por exemplo, o projeto Morrinho, na favela do Pereirão; a Tecendo Redes de Turismo Solidário, no Cantagalo; o projeto “Rio Top Tour”, na Favela Santa Marta; o Museu da Favela no Pavão Pavãozinho; e o CoopBabilônia, no Morro da Babilônia (Fagerlande, 2018). Percebe-se, portanto, que o protagonismo da comunidade no turismo em favela é algo que já vem sendo

buscado por alguns grupos por meio de iniciativas organizadas pelos moradores locais com foco nos elementos positivos do local, na cultura da comunidade, em oposição ao modelo inspirado em safáris com exploração da pobreza e lucro para agentes externos.

Em visita à favela do Vidigal, uma das mais procuradas por turistas, conduzida por um guia de turismo local, foram observados alguns aspectos importantes, como a atividade turística sendo fonte de renda para algumas pessoas daquela comunidade, as transformações no território ao longo dos anos contadas de acordo com a percepção do guia, bem como sua narrativa sobre a luta da comunidade contra as tentativas de remoção ocorridas no final da década de 1970 e os marcos dessa luta registrados como nomes de ruas. Porém, houve também a reprodução de elementos comuns àquelas conduzidos por empresas “de fora”: passagem por um local de tensão, passagem e visita a barracos e homens armados. Destaca-se que a pobreza não é a principal forma de consumo turístico no Vidigal, que tem, como principais fontes de visita, festas e eventos, a trilha Dois Irmãos e a prainha do Vidigal (Kalaoum, 2019). Outro local que poderia ser de interesse turístico seria o Parque Sitiê, uma área originalmente de lazer que se transformou em um lixão e que, posteriormente, foi transformada em horta por iniciativa dos moradores. Apesar de ter, em 2012, o título de primeira agrofloresta urbana do Rio de Janeiro, atualmente segue funcionando à base de contribuições, trabalho voluntário e com infraestrutura precária, não figurando nos roteiros da comunidade (Fontes et al., 2018).

De acordo com o guia da visita, o turismo contribui para que o local não seja violento, pois não valeria a pena perder o dinheiro da

atividade. Apesar desse argumento, o maior ganho econômico com a atividade parece ficar com os empresários, donos de locais como o Bar da Laje, e com as pessoas que permitem o trânsito de turistas no local. A trilha Dois Irmãos, um dos pontos mais frequentados, é realizada por empresas e guias que não são locais e, portanto, a renda também não é revertida para a comunidade. Por fim, a aparente tranquilidade no local mascara a ausência de serviços e de equipamentos públicos. Desse modo, a atividade turística parece romantizar a vida dura das pessoas da comunidade sem contribuir para mudanças na realidade social do lugar (pelo contrário, sua manutenção parece servir ao cenário exótico dos bares e hotéis caros da região). Além disso, as iniciativas de menor porte, como pequenas pousadas, parecem não ter sobrevivido ao ambiente de crise no período pós-olímpico (Fagerlande, 2020) e, mesmo um possível processo educacional, pedagógico ou qualquer tipo de conscientização que poderia existir sobre a realidade das pessoas daquele local não parecem ser o foco das pessoas que fazem a visita, mas os simulacros de um local exótico e pacífico distante da realidade das pessoas que ali vivem.

Outro local que sofreu alterações por conta dos Jogos Olímpicos foi o estádio de remo da Lagoa, que passou a abrigar um complexo privado de restaurantes, cinemas e bares. Embora o local tenha ficado muito movimentado durante alguns anos, em visita ao local foi constatada pouca presença de público, poucos estabelecimentos em funcionamento e salas de cinema sem público. Ao mesmo tempo, foram observadas famílias brincando com crianças na área do estacionamento, jovens admirando a lagoa do píer, adultos conversando nos bancos e pessoas caminhando no local. Porém, tal qual

ocorreu com o Parque Olímpico, não se observou a movimentação, provavelmente esperada, no complexo de lazer.

IV) Zona Portuária

As intervenções na Zona Portuária ocorreram no contexto do Projeto Porto Maravilha, que tinha como objetivos a modificação das infraestruturas urbana, de transportes e do meio ambiente da área de acordo com os novos usos do solo, a melhoria das condições de habitação, a criação de um novo polo turístico com a recuperação e a criação de novos equipamentos históricos e culturais. Destaca-se que, embora não fizesse parte do projeto original, no processo de obras encontraram um grande patrimônio encoberto do qual já existiam indícios: o Cais da Imperatriz e o Cais do Valongo (Cavalcanti, 2016). No âmbito da moradia, destacam-se ações de ocupação de casarões ociosos na região, como o Quilombo das Guerreiras (Sánchez et al., 2016) e intervenções no Morro da Providência contra um projeto que previa realocação de quase metade das moradias da favela. Houve mobilização de moradores e de movimentos sociais em coletivos de resistência, incluindo o Fórum Comunitário do Porto (FCP), que, junto à atuação da defensoria pública do Estado, conseguiram a paralisação das obras em 2012 (ibid.). Uma grande contradição presente nesse território é que parte do terreno da área tinha origem pública, podendo ter sido destinada à moradia social que, no entanto, foi mercantilizada (Santos Junior et al., 2020).

Em visita à Praça Mauá, foi possível constatar práticas como contemplação, corridas, uso de bicicleta, patins, *skate* e pessoas pescando ao redor do Museu do Amanhã, principal atrativo da área, bem como ações dinâmicas

como jogo de capoeira, uso do monumento central da praça como passarela, entre outros. Lima (2019) já havia registrado, em pesquisa etnográfica na área, práticas como dança, mergulho, observação de peixes, além das práticas já descritas, bem como a observação de que os turistas não costumavam dedicar muito tempo às ações contemplativas, dirigindo-se de forma mais rápida aos museus e demais atrativos. Mesmo na observação realizada no período pandêmico, havia uma fila considerável para a entrada no Museu, não sendo observado um contato maior entre os turistas e as demais pessoas que estavam no local.

É importante destacar que o ato de pescar nos fundos do Museu, por exemplo, embora seja considerado uma prática heterotópica, por não ser prevista de forma isotópica para aquele local, não se trata de uma contestação ou conflito, entretanto, tem potencial para ser. Lima (2019) elenca algumas subversões relacionadas à atividade de pesca no local como usar os jardins do passeio como apoios; usar as casas de máquina como suportes para instrumentos de pesca; sentar nas âncoras para contemplar a paisagem ou pescar; molhar os pés nos espelhos d'água do Museu do Amanhã; amarrar varas de pesca nas escadas de acesso do pontão; e usar holofotes de chão para iluminar as atividades da pesca. A pesquisadora indica que só conseguiu notar momentos pontuais de repreensão da polícia a essas ações, mas observou que, muitas vezes, elas se davam justamente quando não havia vigilância. Isso corrobora o fato de que as práticas heterotópicas, mesmo as que não provêm de um conflito ou contestação, podem, a qualquer momento, sofrerem reprimendas e serem proibidas em prol da homogeneidade isotópica esperada.

Caminhando por outros trechos do Boulevard Olímpico, observou-se pouca movimentação nos murais do Kobra e circulação maior de turistas em frente ao AquaRio e à Roda Gigante RioStar. Nesses locais, além dos trabalhadores e ambulantes, não foram observadas pessoas possivelmente locais usufruindo do espaço no entorno das atrações.

Lima (2019) também destaca o pouco protagonismo dado à herança africana no local, levando-a a entender que a cultura negra era agregada como parte da imagem local comercializada, mas com papel de menor destaque. Apesar disso, algumas agências de turismo já se atentaram a trabalhar a temática afro, oferecendo roteiros na região denominada “Pequena África”. É o caso da Agência “Sou+Carioca”, pela qual se realizou o *tour* (de forma virtual) durante o período de pandemia de Covid-19. O exemplo desse *tour* expõe uma contradição, pois pode ser interpretado como uma empresa que se apropria do discurso afro para comercializá-lo como um produto turístico da história local. Entretanto, por ser um roteiro não tradicional e idealizado por uma mulher preta, talvez não seja o caso e possa ser interpretado como uma disputa de narrativas e de formas de apropriação do local. De qualquer forma, apesar da pouca visibilidade dada pelo poder público para a herança africana na Zona Portuária, iniciativas como essa ajudam a trazer luz para essas questões e, de certa forma, tais ações se opõem às práticas hegemônicas.

Outro exemplo de prática heterotópica é a permanência de moradores das ocupações Mariana Crioula e Quilombo das Guerreiras na região. Sant’Anna e Ximenes (2018) explicam que as ocupações de vazios urbanos visam atender à demanda por moradia popular, e a adoção

dessa estratégia na Zona Portuária se relaciona ao grande número de imóveis vagos na área e ao fato de serem de propriedade pública. Destaca-se que essas ocupações têm em comum o ideal da autogestão, com forte participação dos moradores na elaboração do projeto arquitetônico, com atuação direta na obra, perspectiva de formação profissional e criação de cooperativas profissionais, opondo-se à forma hegemônica de produção habitacional.

V) Madureira e arredores

Em Madureira e em seus arredores, houve manifestação contra remoções para a implantação do BRT Transcarioca, da TransOlímpica e do Parque Madureira que tiveram resultados como a manutenção do prédio do Cine Vaz Lobo (Brito, 2016; Liguori e Gonzáles, 2018). Em relação ao Parque Madureira, Brito (2016, p. 173) enfatiza a sua relevância como “uma intervenção urbanística sem paralelo na história dos subúrbios da cidade”. Entretanto, já se verifica no bairro um desconforto ligado ao excesso de visitantes em dias de festas e eventos locais e às discussões sobre elitização das tradicionais escolas de samba Império Serrano e Portela.

Os estudos de Oliveira (2017) apontam que, embora exista o discurso de que o Parque Madureira é utilizado por uma diversidade de pessoas, os visitantes são, em sua maioria, moradores da zona norte, com exceção dos frequentadores da pista de *skate*. Sobre essa prática, Brito (2016) explica que, após a Guarda Municipal tentar coibir a realização de manobras em episódio violento e de forte repercussão, não há mais regulação de suas performances, com exceção da exigência do uso de capacete. Esse episódio retrata que, mesmo quando os espaços são destinados para determinado fim,

a interpretação de determinados agentes sobre as práticas que ali são desenvolvidas pode inibir certas expressões que, quando realizadas, podem gerar movimentos de contestação e resistência.

Em visita ao Parque Madureira, ficou evidenciada a sua importância para o lazer de pessoas do entorno devido à grande quantidade de equipamentos e atrações como restaurantes, brinquedos para crianças, quadriciclo, equipamentos de exercício físico para a terceira idade, mesa de pingue-pongue, jardins sensoriais, pista de *skate*, quadras poliesportivas e o grande chamariz do local, a “praia” (que, na verdade, são cascatas de água). Além dos equipamentos, foi possível observar comemorações de aniversário, piqueniques, ensaios fotográficos e práticas proibidas no local de acordo com regras, como pessoas andando de bicicleta, patinete, *skate*, patins (fora das pistas) e pessoas soltando pipa. Embora seja importante ressaltar a importância do equipamento para o lazer e a qualidade de vida, isso não apaga ou justifica as injustiças cometidas no processo.

A utilização do balneário artificial, a recusa em frequentar o local símbolo das remoções do bairro e a busca pelo reconhecimento de “propriedade” de equipamentos do local, como a pista de *skate*, são exemplos de práticas sociais em que a comunidade local se opõe aos usos e às insígnias previstos por outros grupos dominantes. Não foi observada a presença de turistas no local, mas acredita-se que ocorra a visita de pessoas não habituais ou, ao menos, esses visitantes foram almejados pelo poder público, conforme denotam as placas informativas em inglês.

No bairro como um todo, a tese de Brito (2016) menciona as tentativas e os investimentos materiais e simbólicos dos projetos

urbanos no bairro, apoiando-se na valorização de algumas características socioculturais, em instituições, de forma a reforçar sua centralidade comercial de transportes, além de culturas negras. No entanto, discorre o autor, enquanto são valorizadas as escolas de samba Portela e Império Serrano, o Baile Charme, a Central Única das Favelas (Cufa), o jongo da Serrinha, o Mercadão e as religiosidades afro-brasileiras, outras características e instituições são invisibilizadas, como “o funk escutado e dançado pela atual juventude das favelas, o pagode romântico ou ‘de ostentação’ de bares e da escola de samba Tradição, a centralidade LGBT que lá existe há décadas, as religiosidades protestantes e evangélicas” (ibid., p. 325). Assim, isso mostra uma valorização daquilo que pode ser comercialmente mais vendável e apontado, na atividade turística, como uma característica peculiar, diferenciada, em detrimento às outras práticas culturais que também possuem forte presença no local.

VI) Deodoro e arredores

Em Deodoro e arredores, existiram diferentes frentes de mobilização e resistência aos projetos do autódromo em Camboatá, da TransOlimpica e do condomínio que acabaram se articulando politicamente no âmbito da região olímpica, tendo destaque no local o papel da Igreja Católica para a organização dos moradores de Magalhães Bastos e Realengo (Davies, 2017). O Parque Radical, maior legado em lazer para a área, foi inaugurado em dezembro de 2015 e, desde então, seu funcionamento vem ocorrendo de forma intermitente (Freire, 2017).

De acordo com Davies (2020), a área de Realengo em disputa esteve sem uso por, pelo menos, quatro décadas e desde 2012 um grupo

de moradores se organizou a favor da criação de um parque no local, tendo como base uma lei municipal de 2008 que destinou a área para atividades públicas. Apesar de ter mobilizado moradores, militantes de coletivos ecológicos e instituições sociais e religiosas, foram infrutíferas as tentativas de negociação com a organização militar que, em 2015, apresentou um projeto de repasse da área para a iniciativa privada por meio da construção de um condomínio residencial por um banco ligado ao Exército, com o argumento de que os Jogos de 2016 trariam um bom momento para a negociação de terras motivada pela crescente especulação imobiliária daquele período. O projeto de condomínio foi chamado de “Realengo Verde”, assim como o parque imaginado pelos moradores do bairro. Em visita ao local, a única coisa que se pôde observar foi a placa anunciando o empreendimento. Nota-se, portanto, que esse território permanece em disputa, mas destaca-se a luta por um espaço público de lazer em oposição a um projeto comercial.

No que se refere ao Parque Radical, ele se destaca pela extensão de sua área, utilizada para caminhadas, corridas e, principalmente, para as atividades de ciclismo e *skate*. Conta com quadra poliesportiva e equipamentos para exercícios físicos que podem ser utilizados gratuitamente. Equipamentos como a pista de BMX, no entanto, careciam de manutenção e a piscina do circuito de canoagem estava fechada (embora utilizada informalmente por um pequeno grupo a despeito das placas sinalizando risco de acidentes).

Apesar de não haver totens relacionando o local com os Jogos Olímpicos, como ocorre no Parque Madureira e no Parque Olímpico, a relação com o evento é observada na Floresta dos Atletas, que possui mudas plantadas pelos

atletas das delegações participantes. Embora exista esse marco no local, o símbolo escolhido para registro de fotos é uma escultura de tênis em frente à quadra poliesportiva. Foi possível observar algumas pessoas tirando fotos ali e, em conversa com um dos visitantes, a pesquisadora constatou que estavam visitando o local pela primeira vez. Apesar de serem moradores da cidade, sentiam-se como turistas e sentiram falta de placas informativas.

Destaca-se a importância do Parque como opção de lazer para a população local e também para os cuidados com a saúde física, opinião corroborada por Davies (2017). Embora a maioria dos frequentadores pareçam ser moradores do entorno, há presença de visitantes, o que se nota, principalmente, através da escultura do tênis, ressaltando a importância de um equipamento gratuito sendo utilizado por uma população carente de espaços de lazer.

VII) Heterotopias por toda parte

A partir da leitura de outros autores que estudaram parte do território olímpico, como Lima (2019), Leite (2021) e Oliveira (2017), bem como realizando observações pontuais na tentativa de maior aproximação com o campo, foi possível identificar algumas práticas exercidas pela população local, naqueles territórios, que não estavam previstas no projeto olímpico hegemônico implementado na cidade, não estando, necessariamente, subordinadas a ele.

As dinâmicas verificadas nos arredores do Maracanã e na Praça Mauá são as que traduzem melhor essa situação e nota-se algumas semelhanças entre os dois casos, como a existência prévia de certas práticas populares. Esses locais não foram construídos especialmente

para os megaeventos das últimas décadas, porém sofreram intervenções, especialmente para os Jogos Olímpicos. Nota-se, também, a convivência e a sobreposição de diferentes práticas naqueles territórios, inclusive os hábitos turísticos. As práticas da população local não interferem na existência da atividade turística e vice-versa. Algumas ações heterotópicas observadas não questionam de forma manifesta ou conflituosa as lógicas hegemônicas daqueles espaços. A existência delas, em si, sobrepõe-se às práticas previstas ou almejadas. Outras práticas, como as ocupações na Zona Portuária e a Aldeia Maracanã, entram em disputa direta com os interesses do capital.

Há também o caso do Parque Olímpico e do complexo de lazer do Estádio de Remo da Lagoa, que foram projetados com perspectivas turísticas ou, ao menos, elitizadas, em prol de empreendimentos imobiliários e do entretenimento, mas que, até o momento, não têm alcançado esses objetivos. A própria modalidade do turismo em favela parece se encaixar nessa mesma situação, considerando a diminuição do número de estabelecimentos de hospedagens nesses locais e o relato do guia de turismo do Vidigal, que conversou com esta pesquisadora, ainda que as atividades de visitação à favela, não especificamente o “favela tour”, continuem atraindo considerável número de pessoas.

Por fim, há os casos do Parque Radical de Deodoro e do Parque de Madureira, equipamentos construídos mais na perspectiva de atender à demanda dos territórios em que se inserem e fazer jus ao discurso do legado social olímpico, mas que parecem estar sendo apropriados pela população do entorno. No caso de Deodoro, identificam-se algumas necessidades de manutenção nos equipamentos olímpicos. No caso de Madureira, observa-se um

relaxamento das regras rígidas. Apesar de esses locais não terem tanto apelo turístico (embora visitados por pessoas não habituais ao local), observa-se um movimento pulsante neles (especialmente no Parque Madureira) e respondem às demandas do entorno mais carente.

Os resultados, em termos de heterotopias, embora pareçam tímidos, mostram que, mesmo diante de um grande projeto hegemônico, existem diferentes lógicas no espaço que escapam da subordinação a esses interesses, conforme coloca Harvey (2014, p. 22):

O conceito de heterotopia defendido por Lefebvre (radicalmente diferente do de Foucault) delinea espaços sociais limítrofes de possibilidades onde “algo diferente” é não apenas possível, mas fundamental para a definição de trajetórias revolucionárias. Esse “algo diferente” não decorre necessariamente de um projeto consciente, mas simplesmente daquilo que as pessoas fazem, sentem, percebem e terminam por articular à medida que procuram significados para sua vida cotidiana. Essas práticas criam espaços heterotópicos por toda parte. Não precisamos esperar a grande revolução para que esses espaços venham a se concretizar. A teoria de Lefebvre de um movimento revolucionário situa-se exatamente no polo oposto: a confluência espontânea em um momento de “irrupção”, quando grupos heterotópicos distintos de repente se dão conta, ainda que por um breve momento, das possibilidades da ação coletiva para criar algo radicalmente novo.

Assim, as pequenas ações observadas abrem margem para se pensar, utopicamente, na reinvenção da cidade e da sociedade.

Utopias: o ideário do direito à cidade e a reivindicação dos comuns

As primeiras utopias, em geral, recebiam forma espacial, relacionadas à ideia de cidade e do urbano, como a utopia da cidade-jardim de Ebenezer Howard, da cidade modernista de Le Corbusier, da cidade subúrbio de Frank Lloyd Wright, com indicações de que era necessário mudar a cidade para mudar a sociedade.

No entanto, Harvey (2014) indica que, para além dos problemas nos projetos das cidades desses urbanistas utópicos, há um problema anterior vindo da própria concepção de utopia, já que ela envolve a projeção de um espaço físico que tenta estabilizar e controlar os processos sociais. Porém, para exercer esse controle, congela-se o projeto social que seria necessário para mobilizar sua própria realização, e os projetos sociais não são efetivamente controlados pela forma. Além disso, ao se definir uma forma espacial, é imposto, de forma autoritária, um projeto que, materializado, necessariamente impossibilita outro projeto social.

De certa forma, essa questão é enfrentada por outra possibilidade de utopia, a de processo, que não é associada à forma social e se desenha em um projeto social que se desdobra, buscando estruturar e/ou orientar relações sociais, e não se expressa em forma geográfica (por exemplo, estando associado a valores como feminismo, socialismo, etc.). Ainda assim,

essas utopias de processo precisam se realizar em algum lugar, portanto, elas vão ter que negociar com o espaço. Ao fazerem isso, elas se prejudicam, porque ignoraram o espaço na sua concepção original, pois o espaço não é um elemento neutro. As formas espaciais implicam um padrão de sociabilidade que só poderá ser modificado a partir de uma nova forma espacial.

Assim, Harvey (2014) defende a construção de uma utopia que enfrente essas duas modalidades: uma utopia dialética que seja capaz de se realizar e de negociar com o espaço e com os processos sociais.

A utopia dialética também pensa na cidade que se quer construir, porém, sem o objetivo de estabilizar ou congelar os processos sociais, já que a modificação seria possível, ao negociar com a realidade objetiva e transformar os processos sociais, de forma progressiva, por meio de mudanças tangíveis. Requer, portanto, o enfrentamento da autoridade que vai se impor para materializar outros projetos, com raízes nas possibilidades presentes, mas almejando um desenvolvimento geográfico diferente.

Para isso, a cidade deveria ser uma forma de construção coletiva produzindo uma vida em “comum”, na concepção de Negri e Hardt (2005), que tem como características centrais o uso coletivo e o estar para além de trocas mercantis, não sendo atributo de uma coisa ou um processo social, e sim definido por uma relação social. Por exemplo: uma praça é um bem público administrado pelo Estado, que pode ser comum ou não, dependendo do seu uso. Ao ser utilizada, por exemplo, durante uma manifestação, torna-se um comum.

Dardot e Laval (2016, 2017) refletem que o “comum” se tornou o princípio dos movimentos que resistem à dinâmica do capital e

se opõem à ampliação da apropriação privada a todas as esferas da vida. Ainda que essa categoria não tenha sido mobilizada pelas lutas ocorridas no início deste século, em uma análise retroativa das características dessas lutas, elas buscavam contestar as relações sociais capitalistas baseadas na propriedade privada de recursos naturais e a gestão desses bens públicos, não recorrendo ao Estado para uma defesa, mas buscando promover formas de controle mais democráticas dos comuns, como no caso da “Guerra da Água” na Bolívia (Dardot e Laval, 2017).³

Enfatiza-se que o “comum” não é sinônimo da noção tradicional de comunidade ou público, mas baseia-se na comunicação entre singularidades e surge graças aos processos sociais colaborativos de produção. Para Dardot e Laval (2017), o comum não se confunde com uma propriedade compartilhada por todos os homens, mas deve ser pensado como coatividade e não como copertencimento, copropriedade ou copossessão. Dessa forma, somente a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que somente essa atividade prática poderia produzir um novo sujeito coletivo.

A cidade, portanto, seria uma dimensão do comum, cujos processos globais atuais se apropriam como fonte de valor. Por isso, Harvey (2014) defende que as lutas anticapitalistas devem ser centradas na cidade, ao invés da fábrica, pois ela funciona como espaço de ação e revolta política, sendo o elemento central de resposta às crises sobre acumulação do capital, sendo, ela mesma, produtora de mais valor, defendendo, assim, uma reconceituação da classe trabalhadora que inclua os trabalhadores que estão produzindo valor ao produzir a urbanização.

Efetivamente, diversas lutas sociais nas metrópoles têm buscado remodelar a cidade e estabelecer uma administração democrática ao processo urbano, acionando o ideário do direito à cidade (Harvey, 2012). Esse ideário, formulado inicialmente por Lefebvre (2001) como um direito à transformação e renovação da vida urbana a partir da ação e suporte social da classe operária, é defendido por Harvey (2012, p. 74) como um direito de mudar “a nós mesmos pela mudança da cidade” a partir do exercício de um poder coletivo capaz de moldar o processo de urbanização, sendo acionado tanto como um lema operacional quanto ideal político para a democratização, a retomada de controle e a construção dos processos urbanos. Isso incluiria, portanto, desde garantias mínimas para a subsistência, as liberdades básicas e o acesso aos equipamentos urbanos até a participação no planejamento e na gestão do espaço, com colaboração na discussão e no gerenciamento de assuntos coletivos, almejando a reinvenção das cidades por uma perspectiva diferente daquela do capital.

Santos Junior (2015b) descreve duas formas em que esse direito se expressa: como exigência e como demanda. Como exigência, poderia ser traduzido na diversidade de agendas dos movimentos sociais urbanos que emergem em distintos países, movimentos heterogêneos, com diferentes pautas institucionais, mas que, em seu cerne, incidem sobre a desmercantilização e a ampliação do acesso ao solo urbano, à habitação e aos serviços públicos, ou seja, aos aspectos fundamentais da reprodução social da cidade. Como demanda coletiva por um novo projeto de cidade, o direito à cidade está ligado à criação de uma vida alternativa, na perspectiva da justiça social e do direito de reivindicar outra localidade. Ressalta-se que o direito à

cidade não é um direito individual, mas coletivo. Não é apenas o direito ao que existe na cidade ou a reprodução digna do que há nela, mas trata-se de um direito ao que não existe, a recriar a cidade a partir da subordinação da cidade às pessoas, e não ao capital.

Por se tratar de uma lógica de apoderamento dos espaços de uma forma diferenciada da hegemônica vigente, de mercantilização dos espaços, as heterotopias se articulam com o ideário do direito à cidade e com a possibilidade de uma revolução urbana. O direito à cidade em sua plenitude envolveria a articulação de diferentes grupos heterotópicos em torno de um projeto utópico e da ação coletiva (ibid.).

Considerações finais

Em *A revolução urbana*, Lefebvre (2002) explica que um determinado espaço é resultado de uma história que deve ser concebida como atividade de agentes sociais coletivos, operando por impulsos sucessivos, projetando e modelando extensões de espaço que são análogas (isotopias), contrastantes (heterotopias) ou que não têm, que são possíveis (utopias). A partir desses conceitos, analisou-se o espaço do Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos.

O projeto urbano de renovação e reestruturação da cidade do Rio de Janeiro, por ocasião dos megaeventos, caracteriza-se pela adoção do empreendedorismo urbano e pela venda dos símbolos e das imagens da cidade. Esse movimento, apesar de hegemônico, possui uma grande contradição pois, ao mesmo tempo em que a busca em atrair o capital por parte das cidades leva à adoção de uma

postura empreendedora em um processo de mercantilização, o sucesso e a valorização desses símbolos dependem também da valorização do conteúdo de cada lugar, de sua identidade e de alegações de singularidades que têm sempre um forte elemento social e discursivo operante, o que pode articular outros grupos que pensam a cidade de forma mais igualitária (Harvey, 2005).

Todos os espaços urbanos relacionados aos megaeventos registraram conflitos acerca das intervenções e reivindicavam, de forma geral, o direito à cidade e a construir uma realidade sob outras lógicas, que não a de submissão ao capital. Assim como foram identificados conflitos, foram identificadas heterotopias.

Algumas práticas heterotópicas observadas não questionam de forma manifesta ou conflituosa as lógicas hegemônicas daqueles lugares. A existência delas, em si, sobreposição às práticas previstas ou almejadas. Outras ações entram em disputa direta com os interesses do capital. Coexistindo diferentes práticas, tem-se que os espaços são heterogêneos e, nesses, as práticas heterotópicas, em sua maioria, não são resultantes de conflitos. Entretanto,

dadas essas diferentes formas de apropriação, há uma tensão potencial nos usos desses territórios e, portanto, um potencial conflito entre esses agentes.

Mesmo diante de um grande projeto hegemônico existem diferentes lógicas no espaço que escapam da subordinação a esses interesses, abrindo margem para se pensar em utopias na cidade. Na obra *17 contradições e o fim do capitalismo*, Harvey (2016, p. 19) observa que “a contradição entre realidade e aparência gerada é, de longe, a contradição mais geral e disseminada”, pela dificuldade que se tem em imaginar, por exemplo, que o modelo de cidade com o qual estamos habituados é um projeto, uma escolha, e que poderia existir de uma outra forma.

Nesse sentido, o projeto utópico por uma nova cidade articula-se ao ideário do direito à cidade a partir de lutas em torno das necessidades de reprodução social, projetadas não de forma abstrata, mas construídas a partir do que a cidade apresenta atualmente, das práticas heterotópicas em curso e das suas potencialidades de se transformarem em possibilidades alternativas.

[I] <https://orcid.org/0000-0001-7554-1459>

Fundação de Apoio à Escola Técnica, curso técnico de Turismo. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.
natashabantim@gmail.com

Notas

- (1) O problema, no momento seguinte, é a possibilidade de deslocamento do capital para outra localidade, mais atrativa, sempre movido pelo ímpeto de acelerar o tempo de giro do capital, modificando os horizontes temporais de desenvolvimento e levando a um ciclo de construção e destruição dos espaços e dos equipamentos urbanos. Esse processo também gera uma busca por novos espaços na cidade e mercantilização de áreas e serviços que antes estavam parcialmente desmercantilizados, caracterizando um processo de acumulação por despossessão, nos termos de Harvey (2005).
- (2) Possíveis exceções a essas centralidades estão relacionadas à construção do Parque Madureira e do Parque Radical que, assim como a pira olímpica, sustentaram o discurso de inclusão das camadas mais pobres da cidade ao evento, sendo equipamentos mais voltados para a população local do que para os turistas.
- (3) Para Harvey (2014), porém, a gestão desse comum não implicaria o abandono das formas estatais de gestão pública, mas combinação e fortalecimento das formas estatais e não estatais. O autor defende a manutenção de hierarquias no processo de gestão, que, em sua visão, não é equivalente ao autoritarismo. Harvey explica que a natureza dos problemas, em diferentes escalas, não é a mesma, não sendo possível transpor experiências da escala micro para a escala global; que o modelo autonomista não combate desigualdades, sendo necessário uma autoridade supralocal com mecanismos de redistribuição de recursos para esses fins; e que seria possível subordinar decisões a valores universais, admitindo, inclusive, formas de cercamento (por exemplo, para preservar uma floresta). Assim, o autor defende que formas hierárquicas podem ser combinadas a formas horizontais.

Referências

- ALVES, R. T. (2017). Dramas, conflito e convergências: o processo de remoção na Vila Autódromo. *Revista Habitus*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, pp. 85-115.
- BARRETO, M. R.; LOPES, G. S. S. (2013). Memórias de uma sociedade em rede: da Aldeia Maracanã a efervescência dos movimentos sociais no RJ. II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte.
- BELLO, E.; QUEIROZ, M. (2018). O direito à cidade como prática de resistência a políticas de gentrificação e de remoções forçadas: o caso da comunidade metrô-mangueira. *Revista de Direito da Cidade*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, pp. 1911-1940.
- BESSA, A. S. M.; ÁLVARES, L. C. (2014). *A construção do turismo: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades*. Belo Horizonte, C/Arte.
- BIENENSTEIN, G.; SANCHEZ, F.; MASCARENHAS, G. I. (2012). The 2016 Olympiad in Rio de Janeiro: who can/could/will beat whom. *Esporte e Sociedade*, v. 7, n. 19, pp. 1-19.

- BOGADO, D. (2017). Museu das remoções da Vila Autódromo: resistência criativa à construção da cidade neoliberal. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 54, n. 10. DOI: 10.36572/csm.2017.vol.54.01.
- BONAMICHI, N. C. (2021). Favela olímpica e pós-olímpica: dinâmicas demográficas e no mercado imobiliário do Vidigal. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 24, n. 53, pp. 387-407. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/56549>. Acesso em: ago 2023.
- BRITO, J. F. P. (2016). *A construção estratégica do bairro de Madureira na Cidade Olímpica: novas espacialidade, temporalidades e conflitos no Rio de Janeiro de megaeventos*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CANCLINI, N. G. (2005). *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- CARVALHO, A. P. R. (2019). Fotografando na resistência: memória e visibilidade no caso de remoção da comunidade Vila Autódromo (RJ). *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 3, n. 7, pp. 29-44.
- CASTRO, D. G. et al. (2015). “O projeto olímpico da cidade do Rio de Janeiro: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade”. In: CASTRO, D. G. et al. *Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- CASTRO, D. G.; NOVAES, P. R. (2015). “Copa do Mundo 2014 e os impactos no direito à moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras”. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. *Brasil: os impactos da Copa do Mundo*. Rio de Janeiro, E-papers.
- CAVALCANTI, H. C. T. (2016). *Espaços museais e memória social na zona portuária do Rio: o Instituto dos Pretos Novos (IPN)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- CUNHA, N. V. et al. (2019). “Public policies and tourist saturation in the favelas of Rio de Janeiro”. In: MILANO, C.; CHEER, J. M.; NOVELLI, M. *Overtourism: excesses, discontents and measures in travel and tourism*. Wallingford, Cabi.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo, Boitempo.
- DAVIES, F. A. (2017). *Deodoro: formas de governo para uma “região olímpica”*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- _____. (2020). Urbanismo militar na “região olímpica”: dinâmicas de produção do espaço para além dos megaeventos. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 22, n. 2.
- DELGADILLO, V. (2014). Urbanismo a la carta: teorías, políticas, programas y otras recetas urbanas para ciudades latino-americanas. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 16, n. 31, pp. 89-111.
- EGLER, T. T. C. (2017). A rede olímpica no jogo do Rio. In: ENANPUR. *Anais*, v. 17, n. 1.
- FAGERLANDE, S. M. R. (2018). Turismo em favelas: participação comunitária no Morro da Babilônia. In: I CILITUR. *Anais*. Recife, UFPE.
- _____. (2020). Turismo e hospedagem nas favelas do Rio de Janeiro. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, pp. 99730-99747.
- FERNANDES, A. M. V. (2019). Megaeventos e turismo no Rio de Janeiro: um olhar sobre o planejamento estratégico e a promoção da imagem da cidade. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 19, n. 1.
- FONTES, A. S. et al. (2018). Táticas cidadãs para ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro. *Arq. Urb.*, n. 23, pp. 135-156.

- FREIRE, L. L. (2013). Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, Ano XVI, n. 29.
- FREIRE, T. (2017). População cobra reabertura do Parque Radical de Deodoro, legado da Olimpíada. *Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/reabertura-do-parque-radical-de-deodoro-um-legado-da-olimpiada>. Acesso em: 10 jul 2021.
- FREIRE-MEDEIROS, B. (2006). *A construção da favela carioca como destino turístico*. Rio de Janeiro, CPDOC.
- FREIRE-MEDEIROS, B.; VILAROUCA, M.; MENEZES, P. (2016). A pobreza turística no mercado de pacificação: reflexões a partir da experiência da Favela Santa Marta. *Caderno CRH*, v. 29, n. 78, pp. 571-585.
- GAFFNEY, C. T. (2014). The mega-event city as neo-liberal laboratory: the case of Rio de Janeiro. *Percurso Acadêmico*, v. 4, n. 8, pp. 217-237.
- GUIMARÃES, V. T. (2016). *Direito à cidade, comuns urbanos e privatização de espaços públicos na Cidade do Rio de Janeiro: os casos da Marina da Glória e do Campo de Golfe Olímpico*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- HAESBAERT, R. (2010). *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- HARVEY, D. (1989). From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler: series B, human geography*, v. 71, n. 1, pp. 3-17.
- _____. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume.
- _____. (2012). O direito à cidade. *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 29, pp. 73-89.
- _____. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2016). *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo, Boitempo.
- KAHRAMAN, M.; PAK, B.; SCHEERLINCK, K. (2018). Production of heterotopias as public spaces and paradox of political representation: a Lefebvrian approach. *ITU AZ Journal*, v. 15, n. 1, pp. 135-145.
- KALAOUM, F. (2019). Superando a arapuca do senso comum: turismo de ou em favelas? O caso Vidigal–RJ. *Revista acadêmica observatório de inovação do turismo*, v. 13, n. 3, pp. 26-45.
- LEFEBVRE, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro.
- _____. (2002). *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- _____. (2006). *A produção do espaço*. (Original: La production de l'espace. 4e éd. Paris, Éditions Anthropos, 2000).
- LEITE, R. D. (2021). Universidade Indígena Autônoma Aldeia Maraka'Nà: práticas de resistência e diversidade na cidade do Rio de Janeiro. In: 6º CONGRESSO INTERNACIONAL DE ANTROPOLOGIA AIBR.
- LIGUORI, F. P.; GONZÁLEZ, R. C. L. (2018). Remoções no Rio de Janeiro: conflitos de território e territorialidade para os megaeventos esportivos. In: XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. Barcelona.
- LIMA, M. C. (2019). *Cidade entrelaçada: micropolíticas do cotidiano na Praça Mauá – RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MAGALHÃES, A. (2013). O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes antropológicos*, n. 40, pp. 89-118.

- MASCARENHAS, G. (2014). Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 14, n. 1, pp. 52-65.
- _____. (2015). “Brasil, impactos da Copa do Mundo e das Olimpíadas”. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. *Brasil: os impactos da Copa do Mundo*. Rio de Janeiro, E-papers.
- _____. (2016) A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 20, n. 1, pp. 52-68.
- MASCARENHAS, G.; BORGES, F. C. S. (2009). Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória. *Esporte e Sociedade*, n. 10, pp. 1-26.
- MENDES, A. F.; LEGROUX, J. (2016). BRT Transoeste: conflitos urbanos e contradições espaciais na “cidade atrativa”. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 4, pp. 13-42.
- MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. (2013). Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. *Revista Turismo em Análise*, n. 24, v. 1, pp. 170-189.
- NABACK, C. P. A.; GUIMARÃES, V. T. (2017). Disputas em torno da moradia e do meio ambiente na região da Barra da Tijuca: os casos da Vila Autódromo e do Campo de Golfe Olímpico. *ENANPUR. Anais*. v. 17, n. 1.
- NEGRI, A.; HARDT, M. (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro, Record.
- OLIVEIRA, S. V. C. (2017). *Parque Madureira e os usos do “próprio” nas dinâmicas sociais*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense
- OMENA, E. (2015). “A ‘Copa das Manifestações’ e os processos de governança urbana no Brasil”. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. *Brasil: os impactos da Copa do Mundo*. Rio de Janeiro, E-papers.
- RODRIGUES, J. M. (2015). “Mobilidade urbana nos megaeventos esportivos: panorama crítico das ações e projetos para a Copa do Mundo 2014”. In: : SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. *Brasil: os impactos da Copa do Mundo*. Rio de Janeiro, E-papers.
- SÁNCHEZ, F. (1999). Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, pp. 115.
- SÁNCHEZ, F.; OLIVEIRA, F.; MONTEIRO, P. (2016). Vila Autódromo in dispute: subjects, instruments and strategies to reinvent the space. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, pp. 408-427.
- SANT’ANNA, M. J. G.; XIMENES, L. A. (2018). A luta pela moradia popular na Zona Portuária do Rio de Janeiro: ocupações, remoções, permanências e novos arranjos pós-megaeventos esportivos. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 20, n. 2.
- SANTOS JUNIOR, O. A. (2015a). “A metropolização e megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil”. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. *Brasil: os impactos da Copa do Mundo*. Rio de Janeiro, E-papers.
- _____. (2015b). “Espaços urbanos coletivos, heterotopia e o direito à cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey”. In: COSTA et al. *Teorias e Práticas Urbanas: condições para uma sociedade urbana*. Belo Horizonte, C/Arte.
- SANTOS JUNIOR, O. A.; NOVAES, P. R. (2016). Rio de Janeiro: impactos territoriais e o ajuste espacial na cidade olímpica. *E-metropolis*, n. 25.
- SANTOS JUNIOR, O. A. et al. (2020) Propriedade pública e função social: a destinação das terras da União na Operação Urbana Porto Maravilha. *URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 12

- SANTOS, B. S. (2002). "Os processos da globalização". In: SANTOS, B. S. (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo, Cortez.
- URRIOLA, L. M. G. C. (2022). Urbanização neoliberal e megaeventos em Lima e Callao. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, n. 24, v. 54, pp. 501-522. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5403>. Acesso em: ago 2023.
- VAINER, C. (2011). Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO. *Anais*.
- VAINER, C. et al. (2013). O plano popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO. *Anais*.

Texto recebido em 3/out/2023
Texto aprovado em 24/abr/2024